

Contributo para uma análise de linguagens documentais*

ANA CRISTINA VASCONCELOS**

RESUMO

Analisam-se, nos seus aspectos linguístico e documental, sistemas de classificação utilizados em temas históricos, em duas bibliotecas universitárias. Constatando-se problemas de operacionalidade, propõe-se a aplicação de reflexão epistemológica às ciências documentais, mediante o aprofundamento das relações estruturais entre a linguística e o processo cognitivo, na concepção de linguagens documentais.

ABSTRACT

Classification systems used in historical subjects, in two university libraries, are analysed in its linguistic and documental aspects. Observing functionality problems, the application of epistemological reflection to documental sciences is proposed, by means of the deepening of structural relations between linguistics and the cognitive process, in the conception of documental languages.

* Originalmente, tratou-se de um trabalho apresentado na cadeira de Indexação por Assuntos I, do Curso de Especialização em Ciências Documentais, Lisboa — ano lectivo de 1984-1985.

** Aluna do Curso de Especialização em Ciências Documentais (Opção Arquivo).

Introdução

Este trabalho tem por objectivo principal estudar sistemas de classificação que, de algum modo, possam ser usufruídos por utilizadores desenvolvendo estudos de âmbito histórico. Para tanto, escolheram-se duas unidades de informação situadas na Faculdade de Letras de Lisboa:

- a Biblioteca Central, que serve a Faculdade inteira e a multiplicidade das áreas de conhecimento nela existentes;
- e uma biblioteca de instituto, subordinada a temas mais específicos.

No sentido de permitir retirar ilações minimamente pertinentes, respeitando a operacionalidade das linguagens utilizadas, optou-se pelo seguinte esquema de trabalho:

— fornecer *a priori*:

- dados que permitam situar as bibliotecas no contexto da instituição a que pertencem, mediante dois vectores — o administrativo e o científico;
- elementos sobre as expectativas do utilizador em termos das exigências científicas do seu trabalho, na medida em que, como referem Foskett (1965) e Courier (1976), a actividade nuclear de um sistema de informação não é a simples tradução do pensamento veiculado pelo autor de um documento para uma linguagem de classificação e/ou de indexação, mas sim mediar os objectivos de um autor e as necessidades do utilizador.

— proceder à análise das linguagens por unidade de informação — já que apenas a catalogação é centralizada —, análise que se bifurcará na Biblioteca Central, dada a coexistência de dois sistemas, devida a uma decisão recente de reconversão para uma nova linguagem. Esta parte do corpo do trabalho apoia-se na consulta aos ficheiros existentes nas duas unidades, de que apresentamos excertos nos apêndices I e II, e que serão analisados de acordo com uma grelha elaborada em síntese efectuada a partir das aulas da cadeira Indexação por Assuntos I e da bibliografia de apoio.

Um vector essencial que equaciona as várias vertentes da grelha adoptada, traduz-se na seguinte questão: dado que as linguagens documentais consistem na representação artificialmente formalizada de informação que previamente foi formulada numa linguagem diferente, tendo em vista a futura recuperação de conhecimento e implicando múltiplos processos de codificação e de descodificação, estaremos, nestes casos concretos, perante linguagens documentais no verdadeiro sentido do termo?

1. O sistema de informação no seu contexto institucional

O sistema de documentação da Faculdade de Letras de Lisboa, entendido como o conjunto de bibliotecas nela existentes, insere-se numa interpenetração de múltiplas influências, a níveis diferenciados, o que dificulta a sua caracterização.

Assim, como de resto para o todo da Faculdade, é necessário distinguir, antes de mais, duas vertentes: a administrativa e a científica.

No plano administrativo, pode dizer-se, grosso modo, que a Faculdade se submete a relações de dependência relativas a órgãos distintos:

- a Secretaria da Faculdade, sob a direcção do Secretário, gere as questões ligadas ao pessoal;
- o Conselho Directivo, de que depende directamente a Biblioteca Central, enquanto órgão funcional;
- as bibliotecas de institutos submetem-se a um maior peso cumulativo de poderes, na medida em que pertencem a um instituto, dependente de um departamento, que, por sua vez, se submete, tal como a Biblioteca Central, à Secretaria e ao Conselho Directivo.

Em termos científicos, na prática, quer a Biblioteca Central, quer as bibliotecas de instituto, funcionam com elevado grau de autonomia. Efectivamente, embora esteja prevista a existência de um professor encarregado da direcção da Biblioteca, informaram-nos de que nem sempre é preenchido, restando à Biblioteca Central, em termos consultivos, a colaboração de alguns professores. Quanto às bibliotecas de instituto, dependem única e exclusivamente da direcção científica dos professores que orientam o instituto.

No referente à coordenação e à colaboração entre os vários organismos de informação, há de novo a salientar uma distanciação bastante acentuada, reduzindo-se a cooperação ao envio das fichas catalogadas de acordo com as Regras Portuguesas por parte da Biblioteca Central às várias bibliotecas de instituto.

Há ainda a referir o facto de quase só apenas a Biblioteca Central possuir pessoal técnico de BAD: técnicos auxiliares para a catalogação e duas bibliotecárias para a classificação, para além de pessoal destinado ao atendimento ao público. Os institutos possuem, em geral, apenas um funcionário não especializado, que congrega funções administrativas e de atendimento ao público.

2. Pressupostos científicos do trabalho em História

Antes de inicializar a análise das linguagens, impõe-se uma abordagem — forçosamente sumária — ao utilizador, mais concretamente, aos pressupostos científicos que norteiam o seu trabalho.

Os fins a que este trabalho se propõe obrigam a uma necessária esquematização, que se poderá apresentar do seguinte modo:

— postulados epistemológicos:

- atribuição, no acto do conhecimento, de um papel dinâmico ao sujeito epistémico, como construtor do seu objecto de estudo, de forma estruturada — o objecto é uma construção o que implica uma concepção problematizante do trabalho histórico;
- acento no conceito de história global e no tratamento de elementos estruturais, acarretando:

— a dilatação do objecto de estudo e das fontes;

— a interdisciplinaridade, reivindicando uma vocação transdisciplinar para a História;

— e ainda o apelo a uma descentração das instâncias que compõem uma estrutura, repudiando explicações mecanicistas.

— o referido atrás implica, em termos metodológicos:

- novos processos de síntese histórica, quer no estudo exaustivo de todos os elementos de uma estrutura, quer na centração em um dado parcelar reflectindo os outros;
- renovação da conceptualização;
- aplicação de novos métodos (ex.: o contributo da semiótica e da epistemologia genética à História das Mentalidades);
- apelo ao contributo interdisciplinar (linguística e informática, por exemplo) na pesquisa e no tratamento de informação.

Em síntese, estes pressupostos acarretam o surgimento de novas subdivisões (a vários níveis) no interior da História (História do Corpo, História da Família, História Quantitativa, História Antropológica, etc.) e uma revalorização de domínios anteriormente desprezados e considerados inoperacionais (ex. a emancipação da História Política do domínio do factual). Todos estes vectores consubstanciam-se numa reflexão sobre o grau de cientificidade da História e sobre a sua função social, enquanto ciência vocacionada para, apropriando-nos da expressão feliz de Lucien Febvre, «explicar o mundo ao mundo» e entender «o homem pelos homens».

Estes postulados devem ser forçosamente tidos em consideração ao adoptar-se uma linguagem documental para a representação do conhecimento. Efectivamente, uma vez que a informação a transmitir consiste numa condensação relativamente redutora do conteúdo inicial, o controle da terminologia e a simplificação da sintaxe necessários deverão obedecer a critérios científicos extremamente rigorosos, que respeitem os pressupostos epistemológicos que regem o domínio a que se apliquem.

3. Análise dos sistemas de classificação

3.1. Biblioteca do Instituto de Estudos Africanos

3.1.1. Caracterização breve da linguagem

Tal como foi referido anteriormente, o Instituto de Estudos Africanos não possui pessoal técnico especializado em documentação, o que implica que a construção de um ficheiro temático tenha sido da responsabilidade conjunta de funcionários e de professores ligados à matéria de estudo, embora sem preocupações de ordem documental, com as consequências daí decorrentes.

Efectivamente, a classificação empregue consiste na transcrição de conceitos condensados e expressos em linguagem «natural», logo, trata-se de um sistema de vocabulário livre. Em termos de análise documental, como se poderá concluir da leitura do Apêndice I, este método, como refere Long (1980), incorre no perigo de a pesquisa¹ acabar por não ser de tipo semântico, mas gráfico. Há, com efeito, nas linguagens de vocabulário livre, a tendência para se recorrer à associação gráfica, originando disfunções que apenas poderão ser ultrapassadas com o auxílio da contextualização e da intersecção de vários termos, o que é patente na lista apresentada em Apêndice I. Neste sentido, acabam por congregiar as características que definem a anti-documentação, como esperamos poder demonstrar nos pontos que se seguem.

O sistema adoptado traduz-se, geralmente, na escolha de uma rubrica decomposta em várias sequências:

- a primeira, mais genérica (ex.: HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO EM ÁFRICA);
- a segunda, consistindo numa especificação temática (ex.: HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO EM ÁFRICA — colonização portuguesa);
- a terceira, consistindo numa delimitação temporal (ex.: HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO EM ÁFRICA — colonização portuguesa — séc. XVI).

Uma mesma obra pode ser classificada sob várias entradas, mas não existem remissivas no ficheiro, o que restringe muito a mobilidade interna da sua orgânica, já que existem rubricas que se tocam.

Ex.: ESTRUTURAS ECONÓMICAS (economia colonial)
e
ECONOMIA COLONIAL

¹ Entenda-se neste ponto pesquisa como faceta do trabalho de análise documental e não como componente de uma fase posterior da cadeia documental — a da difusão.

Para além disso, o ficheiro apresenta obstáculos sérios a uma recuperação eficiente da informação, frutos de uma má alfabetação e de uma deficiente ordenação de sequências cronológicas, tal como se patenteia no Apêndice I.

3.1.2. Questões de ordem linguística

As características desta linguagem acarretam, em termos linguísticos, fenómenos de sinonímia (veja-se os exemplos retirados do ficheiro: HISTÓRIA LITERÁRIA ANGOLANA e HISTÓRIA DA LITERATURA ANGOLANA) e, tal como referimos atrás, polissemias não resolvidas, quer contextualmente, quer por intersecção de termos (ex.: NAÇÃO AFRICANA).

Quanto a problemas relativos à sintaxe, há a referir que o tipo de relações estabelecidas entre os termos remetem para as regras próprias da linguagem natural, o que não evita problemas, uma vez que a exiguidade das fichas obriga a uma simplificação de regras sintáxicas que, neste caso, não obedece a critérios uniformes.

3.1.3. Questões de ordem documental

3.1.3.1. Alcance temático e profundidade de classificação

Em termos terminológicos é este o ficheiro que mais se aproxima dos conceitos com que o utilizador lida nos seus estudos. Todavia — e genericamente este é um dos maiores problemas epistemológicos do ficheiro — reduz-se a estrutura histórica a três níveis: o económico, o político e o ideológico. As instâncias social e mental são pressupostamente diluídas respectivamente no económico e no ideológico, o que não é evidente, nem correcto.

O nível de profundidade de classificação adoptado aponta para o intermédio, evitando quer grandes generalizações, quer uma indexação esmiuçada, o que se adequa a um compromisso entre a relativa especificidade da informação e das necessidades do utilizador e, por outro lado, os recursos humanos e materiais do serviço.

No entanto, e advindo do facto de se tratar de uma listagem meramente alfabética, colocam-se, num mesmo plano de equivalência, domínios do conhecimento, assuntos e conceitos. Retirámos do ficheiro alguns exemplos de conceitos remetendo para níveis diferentes, colocados no primeiro campo da rubrica: ECONOMIA POLÍTICA; ECONOMIA COLONIAL; ECONOMIA AGRÁRIA; PARENTESCO; DOCUMENTO; MITO.

Estas questões entroncam na inexistência — própria de uma linguagem de vocabulário livre — de uma análise paradigmática, interconexionada com o estabelecimento de relações hierárquicas. Assim, não são definidos arquismemas, conduzindo a factores de ruído, como o da nivela-

ção de um fenómeno com uma faceta desse mesmo fenómeno (de que é exemplo a colocação, no mesmo campo da rubrica, de conceitos como EXPANSÃO EUROPEIA e EXPANSÃO PORTUGUESA).

3.1.3.2. Uniformidade de critérios

Numa rápida apreciação de critérios adoptados, verifica-se uma relativa uniformidade, salvo nalguns casos pontuais. Assim, não se nos afirma evidente que o marco de periodização estabelecido pela expressão — aliás, bastante frequente — «até às independências» não levante problemas quer ao classificador, quer ao utilizador, na medida em que é sempre empregue após uma rubrica bastante genérica, como por exemplo ESTRUTURAS IDEOLÓGICAS, o que remete para uma enorme disparidade de casos. Utilizada como marco estrutural, a mesma expressão aponta para rupturas a nível de uma periodização muito curta. Ora, as imbricações entre a muito longa e a brevíssima duração estão ainda em discussão e são alvo de grande polémica.

3.2. Biblioteca Central

O ficheiro temático da Biblioteca Central caracteriza-se, como se referiu atrás na Introdução, pela coexistência de dois sistemas, cujas características ocuparão os pontos seguintes do trabalho. Tal facto, para além de acarretar problemas decorrentes da falta de uniformidade, agrava dificuldades de vária ordem:

- as introduzidas por uma má alfabetação e ordenação de sequências cronológicas;
- as decorrentes da quase inexistência de remissivas cruzadas e explicativas, tornando praticamente nula a mobilidade do ficheiro, já de si dificilmente manuseável pelo tamanho.

3.2.1. Sistema antigo

3.2.1.1. Breve caracterização da linguagem

Em termos de análise linguística e documental, este sistema apresenta características semelhantes às do anterior: trata-se da transposição de conceitos da obra para a ficha, em linguagem natural, de vocabulário livre, implicando uma pesquisa centrada na associação gráfica, com a agravante de se tratar de um sistema de dimensões muito maiores e cobrindo matérias igualmente vastas, o que acarreta um baixíssimo grau de uniformidade. Acrescente-se que, relativamente ao Instituto de Estudos Africanos, é muito mais acentuada a tendência para a transposição literal de conceitos contidos no título (de que é exemplo a rubrica «HISTÓRIA TRÁGICO-MARÍTIMA»).

Formalmente, por conseguinte, as rubricas apresentam uma ordenação muito pouco homogénea, o que implica um desgaste no manuseio do ficheiro e dificulta a recuperação da informação.

3.2.1.2. *Questões de ordem linguística*

Tal como no caso da I.E.A., procedeu-se a um levantamento dos potenciais problemas linguísticos relativos ao signo. O Apêndice II fornece vários exemplos concernendo a disseminação de um mesmo campo semântico por rubricas diferentes. Assim, por exemplo, MÉTODO e MÉTODOS, intercalados por METODOLOGIA podem traduzir-se em informação perdida para o leitor incauto.

No tocante a disfunções situadas ao nível da articulação sintáctica, duas questões há a referir que decorrem, em grande parte, dos factores atrás apontados:

- a inexistência de uma interconexão clara entre conceitos (ex.: TEORIA DA HISTÓRIA — EVOLUÇÃO HISTÓRICA refere-se à evolução da história ou a posições teóricas sobre a evolução histórica?);
- e a ausência de uma contextualização adequada (ex.: SISTEMAS HOMEM — MÁQUINA).

3.2.1.3. *Questões de ordem documental*

A) *Alcance temático e profundidade da classificação*

Em termos de conceptualização, este sistema revela uma concepção de história de cariz positivista. É uma história de nacionalidades (o país tem uma grande importância nos primeiro e segundo campos da rubrica), de personalidades e de dinastias. Contempla algumas das áreas clássicas (História da Medicina, História da Religião, História das Ciências, História das Ideias, História das Civilizações), mas ignora por completo as grandes áreas em que se divide o actual *curriculum* do curso (não pensando já nos novos ramos mencionados em 2.3.).

A ausência de uma definição coerente de eixos paradigmáticos é patente ao colocarem-se na mesma classe de equivalências (traduzidas nos campos das rubricas) domínios, assuntos e temas de carácter «événementiel».

- Ex.: HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA — *Economia*
 HISTÓRIA DE PORTUGAL — *Revolução de 1383*
 HISTÓRIA DE PORTUGAL — *Séc. XIX — Visita a Lisboa do Imperador D. Pedro.*

B) Uniformidade de critérios

Dentre os três casos analisados, este é o que menos patenteia estas duas exigências — fundamentais numa linguagem de classificação, se bem que muito difíceis de conseguir —, indo ao extremo de obras que se tocam muito de perto serem classificadas em rubricas separadas, rubricas essas quase iguais.

Ex.: MARXISMO — Crítica às teorias idealistas dos neo-hegelianos
e
MARXISMO — Crítica às teorias neo-hegelianas.

Todos os problemas atrás mencionados convergem, neste ponto, com uma intensidade bastante forte.

3.2.2. Sistema novo

3.2.2.1. Breve caracterização da linguagem

A introdução do novo sistema iniciou-se muito recentemente, de modo que o seu impacto ainda não se faz sentir com grande força no ficheiro — daí a relatividade de quaisquer comentários que se possam tecer nesta altura.

Este sistema consiste numa classificação mediante os descritores mais genéricos de um *thesaurus* para a educação, editado pela UNESCO (1983). Logo, podemos dizer que estamos perante uma linguagem documental, embora as potencialidades do *thesaurus* não sejam completamente aproveitadas, quer em termos de profundidade de indexação, quer no que se refere ao sistema de relações permitidas por aquele, que ainda não foram aplicadas. Acresce que se completa a classificação com a introdução de «termos livres» para conceitos não abrangidos pelo *thesaurus* (de vocação conforme à natureza da instituição que o criou). É o caso do termo feudalismo, por exemplo, que seria um termo básico para qualquer sistema de classificação de informação histórica.

No caso dos *thesauri*, a análise documental opera-se por uma pesquisa de tipo semântico em duas vertentes — a paradigmática e a sintagmática —, sem embargo da restrição do seu âmbito a uma classificação muito genérica.

Formalmente, a estrutura das rubricas é muito mais uniforme que a patenteada pelo sistema anterior:

1.º campo — uma grande área temática ou um grande período cronológico;

2.º campo — especificação da área geográfica ou do tipo de documento;

3.º campo — delimitação temporal (que se pode substituir ao anterior, na inexistência deste).

Ex.: HISTÓRIA ECONÓMICA, PORTUGAL, SÉCS. XIV - XVIII
 HISTÓRIA ANTIGA, BABILÓNIA
 HISTÓRIA ANTIGA, CRONOLOGIA
 HISTÓRIA, TEORIA
 HISTÓRIA MEDIEVAL, ATLAS
 CAPITALISMO, PORTUGAL, SÉC. XIV

Prevêm-se várias entradas por documento.

Ex.: para uma obra classificada em
 HISTÓRIA SOCIAL, ESPANHA MEDIEVAL existem duas
 outras entradas
 ESPANHA, IDADE MÉDIA
 ECONOMIA.

3.2.2.2. *Questões de ordem linguística*

Não foram detectados problemas relativos ao signo o que se pode explicar, por um lado, pelo rigor dos *thesauri* e, por outro, pela restrição da classificação aos descritores mais genéricos do *thesaurus*.

A supra citada ausência de relações semânticas pelo *thesaurus*, não suscita grandes dúvidas, na medida em que os classificadores são bastante genéricos e as relações expressas pelos campos das rubricas, quando não indicam associatividade, reportam-se a sucessivas compartimentações relativamente evidentes. Assim, HISTÓRIA ECONÓMICA, PORTUGAL, SÉCS. XII a XV indica que se trata de uma obra de história económica portuguesa, cujos parâmetros cronológicos são os sécs. XII e XV.

3.2.2.3. *Questões de ordem documental*

A) *Alcance temático e profundidade da classificação*

Referiu-se, atrás, a especificidade da vocação do *thesaurus* utilizado.

Não será então de estranhar que terminologicamente apresente um desvio bastante acentuado das necessidades dos utilizadores de História. Vejamos: dentro do leque introduzido pelo arquisemema História, existem, no novo sistema, por uma ampliação do *thesaurus*, operada pelas bibliotecárias, no sentido de uma adaptação aos interesses do utilizador, quatro grandes divisões temporais — História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea — e seis grandes divisões temáticas — História Económica, História Social, História Quantitativa,

História Religiosa, História Literária e História Marítima. Seguem-se discriminações geográficas ou relativas ao tipo de documento e, por fim, uma especificação cronológica. Este quadro é suficientemente elucidativo e vem, mais uma vez, pôr em evidência algumas questões relativas quer aos *thesauri*, quer a linguagens documentais em termos latos:

- a tradicional dificuldade em adaptar um *thesaurus* a domínios situados fora do alcance da área para que foi construído;
- mesmo no interior da sua área de acção, só se poderá definir rigorosamente a diferenciação entre descritor e não descritor em função do serviço de informação, da especificidade da documentação e das necessidades do utilizador;
- a classificação em tratamento é exemplar na constatação de que descritores bastantes genéricos possuem uma taxa de discriminação bastante fraca (pelo menos quando está em causa a necessidade de informação com alguma especificidade); daí que — embora não seja este o caso — se aponte actualmente a falibilidade de sistemas (como os da indexação automática baseada em métodos estatísticos) que pretendem definir um descritor pela frequência da sua utilização, na medida em que podem induzir à utilização de descritores demasiado genéricos.

Embora seja evidente a definição de eixos paradigmáticos nesta linguagem é-se, no entanto — possivelmente devido à ordenação alfabética do ficheiro, acrescida da ausência de remissivas — levado a concluir algumas discrepâncias, nomeadamente no que parece ser a inclusão na mesma classe de equivalências dos temas *História Económica* e *História Marítima*.

B) *Uniformidade de critérios*

Tendo em conta o anteriormente referido quanto a esta linguagem, fácil será concluir que é, de longe, a que apresenta uma maior uniformidade de juízos.

4. Notas para uma conclusão

Numa síntese breve sobre a operacionalidade dos três sistemas de classificação analisados, podem-se apontar as linhas que se seguem:

- o praticado pela Biblioteca do Instituto de Estudos Africanos revelou-se o mais adequado relativamente aos pressupostos epistemológicos apontados no ponto 2. do trabalho (quer conceptualmente, quer em termos de nível de profundidade); apresenta, no entanto, alguns problemas de ordem linguística, que dificultam a pesquisa;

- o sistema antigo da Biblioteca Central revela, dentre os três, disfunções de maior gravidade, tanto linguística, como documental-mente;
- o novo sistema, pela fraca taxa de discriminação dos seus classificadores e por um limitadíssimo alcance temático, conduz a que o utilizador encontre, em resposta às suas questões, intensos fenómenos de ruído e de silêncio; no entanto, linguisticamente e em termos de uniformidade, resolve muitos dos problemas dos anteriores, constituindo o único a poder-se considerar como uma linguagem documental propriamente dita (de acordo com o enunciado na Introdução).

Da confluência das três análises podem-se ainda tecer alguns comentários.

Assim, as questões que se nos levantaram ao longo deste estudo reportam-se a problemas de ordem diversa: os que relevam da orgânica das unidades de documentação em causa e da sua inserção na instituição de que dependem; os levantados pelas linguagens utilizadas e que foram, em parte, objecto de tratamento; e, finalmente, relacionadas com as anteriores, estão as questões que a investigação sobre linguagens documentais levanta actualmente.

Antes de mais, importa frisar que parte da dificuldade em sintonizar os condicionalismos inerentes às dimensões da biblioteca central — quer em termos do tratamento do espólio, quer no respeitante ao quantitativo de pessoal — com uma relativa especificidade no tratamento da documentação exigida pelos trabalhos dos utilizadores, é fruto de disfunções que ultrapassam, em parte, o âmbito de Serviço.

De facto, é evidente que um quadro de pessoal mais alargado poderia beneficiar o tratamento e a difusão da informação, mas a questão não se reduz apenas a estes aspectos. Passa, em grande parte, pela necessidade de uma planificação do funcionamento dos institutos em áreas de interesse efectivo para o curso, devendo as suas bibliotecas agir em colaboração com a Biblioteca Central, de forma a criar serviços de documentação integrados, tanto para efeitos de circulação da informação, como para uma coordenação dos métodos de tratamento e de difusão documental (sem embargo de os institutos, como unidades vocacionadas para campos particulares, poderem efectuar um tratamento mais específico de documentação).

Não seria, no entanto, possível um funcionamento cabalmente satisfatório do sistema sem um relacionamento mais estreito entre as bibliotecas e o seu fim último: o utilizador que devem servir.

Com efeito, na medida em que, nos casos em análise, a recuperação é da responsabilidade do utilizador, este deverá ser orientado e educado de modo a poder retirar o máximo proveito das potencialidades das bibliotecas. A utilização de quadros colocados à entrada do Serviço e

explicando o seu funcionamento, é o primeiro passo para uma política de difusão eficaz.

A aproximação ao utilizador passa sobretudo pelo conhecimento dos fundamentos e objectivos do seu trabalho. Neste sentido, torna-se urgente uma actualização conceptual de acordo com os princípios expostos no ponto 2., o que nos remete para a impreteribilidade de uma cooperação entre os especialistas dos vários ramos do conhecimento existentes na instituição. Para responder a estas exigências, é necessário ultrapassar a noção de ficheiro de assuntos entendido como listagem meramente alfabética de termos, passando progressivamente a uma concepção que tenha subjacente uma sistematização concebida em moldes flexíveis, em que se possa abranger o alargamento temático nas interrelações entre os vários domínios, de modo a espelhar a riqueza das suas múltiplas imbricações (daí a importância das remissivas cruzadas e explicativas como instrumento de trabalho). Para tal, revela-se fundamental um estudo epistemológico que permita isolar os problemas interdisciplinares resultantes do confronto entre estruturas conceptuais de natureza, origem e aplicação potencialmente diferentes.

Estas considerações conduzem-nos ao ponto nodal deste estudo: os problemas levantados pela construção das linguagens documentais, tendo em vista a mediação entre o utilizador e a informação.

É, de facto, essencial o rigor linguístico e a maleabilidade patenteados pelos *thesauri* (quando ligados ao ramo a que são aplicados). No entanto, estas linguagens não estão isentas de problemas, sobretudo no que diz respeito à tipologia de relações a estabelecer. Assim, não será alheia à sua concepção uma tendência para a redução do conhecimento a elementos atomísticos, dada a elementariedade das relações (semânticas) que admite. No interior de uma linguagem é importante o desenvolvimento de uma rede de relações sintáxicas e cremos que a evolução das pesquisas no campo das linguagens relacionais poderá produzir contributos importantes, mesmo para as linguagens menos sofisticadas e facilmente manuseáveis por leigos — não é defensável a adopção de um *Syntol* ou de um *Vercimgétorix I* num serviço em que é o utilizador a efectuar a recuperação.

Este rumo de evolução poderá revelar-se igualmente útil para os domínios do conhecimento a que se apliquem as linguagens assim produzidas, na medida em que se propõe definir rigorosamente quer os conceitos com que operam, quer o tipo de relações a estabelecer entre estes.

Assim se conclui a necessidade de as ciências documentais comportarem uma acentuada vertente epistemológica, na medida em que tratam e difundem conhecimento. Uma formação científica acurada mostra-se fulcral na reflexão sobre o instrumento de trabalho fundamental que são as linguagens documentais: estudar as relações entre as estruturas linguísticas e as estruturas lógico-cognitivas constitui um passo essencial no sentido de uma difusão exponencial da informação numa era em que as bibliotecas deixaram de ser os cofres do saber.

Agradecimentos

Por último — mas nem por isso menos importante —, não queríamos deixar de mencionar a colaboração — aliás, preciosa — da funcionária Maria Lucília e do Professor Manuel Ferreira, da Biblioteca do Instituto de Estudos Africanos e das Bibliotecárias Lúcia Pimentel e Laura Miranda, da Biblioteca Central.

Bibliografia de Apoio

- ATHERTON, Pauline
Manuel pour les systèmes et services d'information/Pauline Atherton.
Paris: Unesco, 1977.
ISBN 92-3-201457-2.
- COURRIER, Yves
Analyse et langage documentaires/Yves Courrier.
Documentaliste, 15 (5-6) Sep.-Dec. 1976, p. 178-189.
- FOSKETT, A. C.
A abordagem temática da informação/A. C. Foskett. — São Paulo: Polígno, 1973.
- FOSKETT, D. J.
Language and classification/D. J. Foskett.
Journal of Documentation, 21 (4) Dec. 1965, p. 275-278.
- LONG, B.
Linguistique et indexation/B. Long.
Documentaliste, 17 (3) Mai-Juin 1980, p. 99-106.
- MANIEZ, Jacques
Problèmes de syntaxe dans les systèmes de recherche documentaire/Jacques Maniez.
- NEDOBITY, Wolfgang
La terminologie et son application à la classification, à l'indexation et à l'analyse/Wolfgang Nedobity.
RUSIBA, 5 (4) Oct.-Dec. 1983, p. 248-256
- UNESCO
Thesaurus de l'Unesco: liste structurée de descripteurs pour l'indexation et la recherche bibliographiques dans les domaines de l'éducation, de la science, des sciences sociales, de la culture et de la communication; établie par Jean Aitchison; trad. de Jean Viet. — Paris: UNESCO, cop. 1983.

APÊNDICE I — Instituto de Estudos Africanos — rubricas de assuntos (excertos do ficheiro)

...

Colonialismo português (séc. XX)
Colonização europeia no Magrebe
Colonização portuguesa (séc. XVI) — Angola
Colonização portuguesa — sistema colonial
A colonização portuguesa
Colonização portuguesa (séc. XVI)
Comércio de escravos
Comércio internacional
Conquista colonial

...

Documento
Documentos

...

Expansão europeia
 Expansão europeia (Magrebe)
 Expansão islâmica
 Expansão portuguesa
 Expansão portuguesa (séc. XVI)

...

História de África (Geral — séc. XVI)
 História de África em geral até às independências
 História de África em geral (sécs. XIX — XX)
 História de África em geral (sécs. XVIII — XX)
 História de África (História Cultural)
 História da África do Sul
 História Africana
 História de Angola
 História da Antropologia (em Portugal)
 História do Congo
 História da Colonização — África do Sul
 História da Colonização (anti-colonialismo)
 História da Colonização em África — Colonialismo Português
 História da Colonização em África — Colonização em Magrebe
 História da Colonização em África — Colonização Portuguesa
 História da Colonização em África — Colonização Portuguesa (séc. XVI)
 História da Colonização em África — Colonização Portuguesa
 História da Colonização em África — Colonização Portuguesa
 História da Colonização em África — Resistência
 História da Colonização em África — Sistema Colonial (Português)
 História dos estudos africanos
 História da Guiné-Bissau
 História Literária Angolana
 História da Literatura (Angola)
 História do Magrebe
 História de Moçambique
 História da Poesia
 História da República Centro-Africana

APÊNDICE II — Biblioteca central — rubricas de assuntos (excertos do ficheiro)

...

História — América, sécs. XIV — XV
 História — Civilização
 História — Conceitos de «capital»
 História — Cronologia
 História, dicionário
 História — Economia política
 História — Europa, sécs. XIV — XV
 História — Europa, séc. X

- História — Expansão europeia — sécs. XVII — XIX
História, filosofia
História, fontes
História — França — Guerra Mundial I
História — Filosofia portuguesa — Ensaios
História — Guerra Mundial I
História — Guerra Mundial II
História — Igreja — período Primitivo
História — Inquérito Operário
História — Norte e Noroeste da Europa — sécs. XVII — XVIII
História, teoria
...
História Contemporânea
História Contemporânea, atlas
História Contemporânea — de 1914 aos nossos dias
História Contemporânea — Economia
História Contemporânea, Europa
História Contemporânea — Europa — sécs. XIX — XX
História Contemporânea — Manual
História Contemporânea — O mundo de 1914 aos nossos dias
História Contemporânea, sécs. XIX — XX
História Contemporânea, Portugal, 1871-1937
História Contemporânea, Portugal, 1871-1944
História Contemporânea, Portugal, séc. XIX
História Contemporânea, Portugal, 1909-1910
História Contemporânea, Portugal, 1926-1933
História Contemporânea, Portugal, 1926-1931
História Contemporânea, séc. XX
...
História Económica
História Económica, 1790-1970
História da Educação
História económica, Portugal, sécs. XIV — XVIII
História da educação
História da filosofia
História da filosofia — Ensaios, Espinosa, Descartes, Malebranche, Pascal, etc.
História de França
História da Humanidade — evolução cultural e científica
História de Portugal — Revolução 1820
História de Portugal
História de Portugal — Angola — séc. XVI — XVII
História de Portugal — Aspectos políticos e sociais — séc. XIX
História de Portugal — Biografia de D. Teodósio — séc. XVI
História de Portugal — Brasil — 1807-1970 — Efemérides
História de Portugal — Brasil — Origem da toponímia Rio de Janeiro
História de Portugal — Brasil Colonial
História de Portugal — Chancelaria de D. João III — Privilégios
História de Portugal — Crónicas

- História de Portugal — Cronistas
 História de Portugal — Cronologia
 História de Portugal — D. João II
 História de Portugal — D. João II — Tratado de Tordesilhas
 História de Portugal — Das origens ao séc. XVII
 História de Portugal — Descoberta da ilha da Madeira
 História de Portugal — Descobrimientos
 História de Portugal — Descobrimientos — Antecedentes
 História de Portugal — Sécs. XV-XIX — Resumo
 História de Portugal — Diocese do Porto — Documentos
 História de Portugal — Documentos — Sécs. XII — XIX
 História de Portugal — Documentos — Séc. XX
 História de Portugal — Fontes — Códices
 História de Portugal — Guerras da Independência — 1640-1669
 História de Portugal — Guerra da Restauração
 História de Portugal — Inquisição
 História de Portugal — Inquisição — Processo de Damião de Góis
 História de Portugal — Inquisição — Regimento de 1774
 História de Portugal — Interpretação
 História de Portugal — Inventário dos bens de D. Pedro II
 História de Portugal — Manual
 História de Portugal — D. Manuel I
 História de Portugal — Ordem de Cristo
 História de Portugal — Pedra da Independência — 1580
 História de Portugal — Poética
 História de Portugal — Política Externa — tratados
 História de Portugal — 1.ª República
 História de Portugal — A República Democrática parlamentar e o operariado
 História de Portugal — Revolução de 1383
 História de Portugal — Revolução de 1820
 História de Portugal — Sécs. XII-XX
 História de Portugal — Séc. XV
 História de Portugal — Séc. XV
 História de Portugal — Séc. XV — Obras de D. Pedro
 ...
 História Europeia — Séc. XVIII — Manual
 História Francesa — Séc. XX, Guerra Mundial II
 História Geral
 ...
 «História Trágico-Marítima»